

Servidores de Bauru deflagram greve por tempo indeterminado

Movimento é reação ao impasse em torno do reajuste salarial da categoria, que não avança na Câmara pela pauta travada

BRUNO FREITAS
ANDRÉ FLEURY MORAES

Em assembleia realizada na manhã de ontem (7), funcionários públicos de Bauru decidiram que a greve de 24 horas deflagrada nesta terça continuará por tempo indeterminado. A paralisação por apenas um dia havia sido definida no último dia 2 e é uma reação ao impasse em torno do reajuste salarial da categoria.

O Sindicato dos Servidores Municipais (Sinserm) estima que mais de dois mil servidores paralisaram suas atividades. A prefeitura, por sua vez, calcula 614 adesões à greve – número que não leva em conta, porém, funcionários que atuam nas escolas de educação infantil.

A revisão dos vencimentos chegou a ser enviada pelo governo Suéllen Rosim (PSD) à Câmara no início do ano e prevê a reposição de 4,62% sobre a folha. Mas ainda não foi votada porque a pauta legislativa está travada, problema causado pelo regime de urgência incorporado ao projeto de lei (PL)

DEFINIÇÃO

Greve, a princípio, era de 24h, mas assembleia decidiu pela continuidade

que autoriza o governo a conceder o sistema de esgoto à iniciativa privada.

A categoria quer a imediata retirada do regime de urgência por parte do governo, mas a prefeita afirmou que não vai recuar (leia mais nesta página).

Servidores saíram em passeata da sede do Sinserm, na rua Saint Martin, e se dirigiram à prefeitura. Alguns posteriormente também foram à Câmara.

O movimento já estava em frente ao Palácio das Cerejeiras quando o chefe de gabinete, Roger Barude, propôs aos grevistas que formassem uma comissão de dez pessoas para conversar com Suéllen.

O sindicato, porém, não foi consultado e rechaçou a proposta. Advogado da entidade, José Francisco Martins



Passeata e concentração contou com mais de 2 mil servidores, diz Sinserm; prefeitura não divulgou número exato até a conclusão desta edição, embora tenha contabilizado 614 adesões

criticou a medida.

“A recusa se deve a uma estratégia já conhecida, que é pedir o fim do movimento. O que o governo precisa fazer neste momento, e só depende dele, é tirar o regime de urgência do PL (da concessão do esgoto)”, diz Martins lembra, por exemplo, que a data-base do dissídio dos servidores é em 1 de março. “Começamos a campanha salarial em bem antes, logo no co-

meço de fevereiro. Entregamos uma pauta de reivindicações, cuja negociação se arrastou por muito tempo”, comenta.

“A prefeita encaminhou para Câmara um projeto de reajuste de 5% para todos os servidores, incluindo os aposentados, e o vale-compra com elevação de R\$ 1.100,00 para R\$ 1.200,00”, explica.

O problema é que o texto não foi votado em razão do tra-

vamento da pauta legislativa e o prazo para que fosse apreciado segundo a legislação eleitoral se expirou. Agora, somente o índice da inflação pode ser concedido – o que ocasionou a queda no percentual de reajuste para 4,62%.

“A categoria não pode ficar esperando esse reajuste”, afirma o advogado. Uma nova assembleia deve ocorrer na manhã de hoje.

Suéllen diz buscar saída para reajuste, mas descarta retirar urgência sobre PL

Em entrevista coletiva no início da tarde desta terça-feira (7), a prefeita Suéllen Rosim (PSD) defendeu o reajuste dos servidores, ponto central da greve deflagrada na manhã de ontem, afirmou que a paralisação é legítima e disse que busca uma saída para pagar a reposição salarial do funcionalismo – medida ainda prematura, na avaliação do governo.

Criticou, porém, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm), a quem acusou de fazer “manobra política”, e também a oposição a seu governo na Câmara. Segundo

ela, “há uma inversão de valores” sobre o projeto de lei (PL) que a autoriza a conceder o sistema de esgoto à iniciativa privada, que tramita em regime de urgência e cujo prazo de análise já se expirou – o que causou o travamento da pauta legislativa.

A prefeita fez “um apelo público” para que a oposição libere o projeto, mas descartou tacitamente pedir a retirada do regime de urgência sobre o qual o PL tramita. “Ninguém está pedindo para aprovar, apenas para que seja votado”, salientou. “Nosso papel é propor projetos”, prosseguiu.

Segundo ela, a prefeitura municipal não vai atender ao que classifica de “um capricho da oposição”.

A mandatária admitiu as consequências que o travamento da pauta tem causado – nada mais pode ser votado, afinal, nem mesmo o reajuste do funcionalismo – e voltou a dizer que não é prerrogativa do Executivo retirar o regime de urgência.

Também presente à entrevista, o secretário de Negócios Jurídicos Vitor João de Freitas Costa afirmou que eventual retirada “seria uma aberração”.



A prefeita Suéllen Rosim (PSD) e o secretário Vitor Freitas durante entrevista no início da tarde de ontem

Ele ainda minimizou a declaração do procurador da prefeitura José Roberto Anselmo, que afirmou à Justiça que pedir essa retirada é prerrogativa de quem pode pedir a aprovação do regime de urgência. De acordo com o secretário, a afirma-

ção da prefeitura à Justiça “está de forma simplificada”.

O governo não afirmou diretamente, mas sinalizou que deve entrar na Justiça para garantir os percentuais mínimos de trabalhadores nos setores essenciais, como Saúde e Educação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 4